

Estudos baseados na perspectiva prática: Contribuições para o organizar das festas populares no Brasil

Rafaela Goncalves Freitas¹

Ligiane de Almeida Gaspar²

Fernanda Pinheiro Fragata³

Emanuel Kedson da Silva de Freitas⁴



10.56238/rcsv14n4-024

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as contribuições dos estudos baseadas na perspectiva da prática para compreensão do organizar das festas populares no Brasil. As festas populares são patrimônios culturais do país e possuem o potencial de promover o desenvolvimento social e econômico. Sob a lente dos estudos da prática concentramos a análise sobre o desfile de carnaval, o festejo do Congado e a quadrilha junina. Com resultado, as contribuições da epistemologia da prática permitem compreender as práticas organizativas que estruturam as festas populares, os elementos construtivos que mantêm as práticas, o conjunto de atores sociais em seu contexto organizativo real. Assim, apresentamos como contribuição teórica as diferentes perspectivas da prática e a possibilidade destas vertentes na compreensão da organização (organizing) as festas populares, direcionando futuras pesquisas no campo dos Estudos Organizacionais e da Administração, especialmente na diversidade de festas presentes.

Palavra-chave: Festas populares, Estudos baseados em prática, Epistemologia da prática.

¹ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3301604856424064>

E-mail: rafaelagfreitas21@gmail.com

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5670566997177609>

³ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6041335648338253>

E-mail: fernandapfragata@gmail.com

⁴ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1660682317371795>

E-mail: kedsonfreitas2015@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A festa popular é uma expressão da cultura, é um fenômeno social indissociável da história, da economia, das relações de poder e da organização das sociedades humanas (Sant'anna, 2013). Nesse sentido, o fenômeno festa é praticado desde épocas antigas até a atualidade, por determinados conjuntos humanos (Ferreira, 2006).

Dessa forma, uma festa popular possui raízes na vida dos grupos que as promove, pois, cada festejo popular constitui sua própria forma organizacional (Cavalcanti, 1998), envolve aspectos afetivos, cognitivos, de expressões simbólicas, práticas culturais que contribuem para a realização da festa (Amaral, 2001).

As festas populares são assim tradicionalmente objetos de estudos de caráter antropológico e sociológico (Ferreira, 2006). No âmbito dos estudos organizacionais são raras as evidências, sendo um objeto ainda negligenciado na área de Administração (Duarte, 2013; Gaião; Leão, 2013; Tureta; Araújo, 2013).

Na vertente clássica de estudos da Administração, as teorias enfatizam os aspectos formais e estáticos das organizações, pois segundo Cooper e Burrell (1988) uma organização é um sistema social limitado, com estruturas e objetivos específicos e que funciona de forma racional e coerente. Contudo, a partir da década de 1970 a inserção de reflexões pós-modernas e pós-estruturalista inseriu novas possibilidades de análise organizacional (Duarte & Alcadipani, 2016).

Diante das novas influências no campo de estudo, a organização passa a ser concebida como um processo ou práticas de organização (*organizing*), um fenômeno heterogêneo emergente, complexo que coletivamente forma a realidade social (Cooper, 1986). Aliado as novas perspectivas, surge o movimento Estudos Baseados em Prática, uma corrente crítica as concepções dominantes do conhecimento nos estudos de organização (Gherardi, 2009).

A partir disso, as teorias da prática fornecem novas bases teóricas e metodológicas para a compreensão dos fenômenos sociais, uma visão da organização como uma realidade instável em constante construção (Gherardi, 2009). Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo discutir as contribuições dos estudos baseadas na perspectiva da prática no organizar das festas populares no Brasil. Para o alcance deste propósito, discute-se os estudos sobre as festas: o desfile carnavalesco (Júlio, 2016; Andrade, 2019), o Congado da região do Triângulo Mineiro (Borges et al, 2017) e a quadrilha junina (Rufino et al, 2017). Estas evidências foram escolhidas em virtude de possuir a perspectiva da prática como lente teórica.

Para além, a estrutura deste artigo, apresenta a concepção das festas populares, a multiplicidade de teorias da prática, e a discussão sobre a epistemologia da prática nas festas populares. Como alcance, o artigo evidencia a compreensão das práticas organizativas como produtoras da organização,

fundamentados na abordagem epistemológica da teoria da prática de Schatzki, no *organizing* e a comunidade de prática, sendo então, a prática o meio de investigação para compreender como são produzidas as manifestações populares, através da dinâmica das ações práticas que constituem a organização.

2 CONCEPÇÃO SOBRE AS FESTAS POPULARES

Uma festa é um ato de comemoração, acontece a partir da união de pessoas em determinado tempo, espaço e o com o intuito em comum de celebração. Em seu ato coletivo releva as formas com que as pessoas expressam seus gestos, palavras e a comunicação, os aspectos simbólicos e o movimento da cultura que a constituem. Assim, a festa carrega consigo a memória, tradição e identidade da comunidade como expressão popular (Campo, Barbosa & Baldo, 2012).

Dessa forma, a festa é um fenômeno sociocultural indissociável da história, da economia, das relações de poder e da organização das sociedades humanas (Sant' Anna, 2013), sendo possível por meio da festa compreender os vários grupos e etnias nas suas origens e que representam elementos constitutivos da cultura brasileira (Amaral, 2001).

Nessa perspectiva, a festa possui a capacidade de trazer as experiências culturais vivenciadas por determinada população, mostra os usos e costumes mais profundos vivenciados pela cotidianidade e incorporados no inconsciente, apresenta a verdadeira face de um povo, de uma comunidade moldada através da cultura (Ferreira, 2006)

Nesse sentido, o fenômeno festa é praticado desde épocas antigas até a atualidade, por determinados conjuntos humanos (Ferreira, 2006). Desse modo, o constante festejar brasileiro presente desde as inúmeras procissões no período colonial envolvem gente de todas as raças, fantasiadas dos mais diversos personagens, ricamente vestidos e adornados, que desfilam lado a lado, e todos juntos exaltam alegria (Amaral, 2001).

Na percepção de Ferreira (2006), em uma festa popular é possível notar três componentes essenciais, como: (1) preparação; (2) execução e (3) ideologia da festa. Os dois iniciais correspondem a institucionalização da festa, o conjunto organizado de atividades por um grupo, e o terceiro, revela o sentimento da festa que exprime a intensa participação coletiva, aqui está presente o conjunto de símbolos, valores e crenças que, explícita ou implicitamente, são repetidos pela festa.

Importante reconhecer que a ideologia permeia a organização e a instituição das festas que permite identificar a motivação da necessidade de reafirmar o elo cultural, pois este fenômeno percorre os séculos, chegando até a atualidade, modificando-se porque a cultura é viva, sendo assim, renova e reatualiza as práticas culturais das populações (Ferreira, 2006). Dessa forma, segundo Cavalcanti (1998) as festas desde as tradicionais às modernas possuem raízes na vida dos grupos que as

promovem, pois, cada festejo popular constitui sua própria forma organizacional, com funções definidas que envolvem o plano organizacional e artístico. Para isso, o círculo das pessoas envolvidas gradativamente vai se ampliando, ganhando contorno próprios e variadas, pois a festa independente de seu caráter, possui roupas, estandartes, adereços, alegorias, que são peculiares a cada festejo (Cavalcanti, 1998)

Neste contexto, as festas brasileiras compreendem um longo período festivo, e em torno delas tudo se mobiliza, pontuado por momentos fortes, rituais e outras práticas culturais que contribuem para a realização das festas (Amaral, 2001). Desse modo, a festa é um universal da cultura, é um fenômeno social heterogêneo presente na história, que produz ao homem, alegria, euforia e compartilhada revela um evento com conjuntos afetivos, cognitivos, de expressões simbólicas (Cavalcanti, 2013).

3 TEORIAS DA PRÁTICA

As teorias da prática surgiram como uma alternativa as teorias sociais clássicas e modernas, divergindo quanto a figura do *homo economicus* e *homo sociologicus*, característicos na fundamentação da ação e da ordem social destas correntes. Na primeira figura, a ação possui um propósito e em consequência a ordem social então é um produto de interesses isolados. Na segunda, a ação é expressa em regras coletivas como um dever social, então, a ordem social é garantida como um consenso normativo (Reckwitz, 2002).

Na visão de Reckwitz (2002) a ação e a ordem não possuem um propósito, do mesmo modo que não seriam orientados por normas que explicam a ação nas teorias da prática. Para o autor, a ação é o meio que constrói as estruturas simbólicas do conhecimento e por meio delas permite e limita as formas de comportar dos agentes no mundo, assim, a ordem social está embutida nas estruturas que constituem o conhecimento compartilhado atribuindo significados ao mundo social.

Aliado a perspectiva teórica de Reckwitz, autores como Bourdieu, Giddens, Garfinkel, Latour, entre outros teóricos, consideram a importância da construção de estruturas simbólicas compartilhadas do conhecimento para compreender a ação e a ordem social, apesar de conceberem diferentes teorias culturais, pois teorias da prática são também teorias culturais (Reckwitz, 2002).

Entre as divergências das perspectivas teóricas, o local do social é uma questão que direciona a diferentes visões. Na base do mentalismo culturalista, uma versão da teoria, o local do social é atribuído a mente humana, através desta o conhecimento e as estruturas de significado seriam construídos. Ainda nesta compreensão, o estruturalismo considera as estruturas simbólicas inconsistentes como o local de análise social, que reflete sobre o comportamento humano. Enquanto no estruturalismo radical, as estruturas simbólicas inconsistentes são um meio de manipulação e

dominação de uma ideologia dominante e com isso define o comportamento social (Reeckwitz, 2002; Morgan et al, 1983).

Na perspectiva de Schatzki (2002), o local do social é a prática, e não uma atribuição a mente humana, pois a prática está integrada com a maneira de compreender, então o agente incorpora a prática. Dessa forma, a prática é como umnexo de feitos e ditos, como exemplo, uma maneira de estudar, lecionar, entre outros, que envolvem não somente a mente, mas o corpo, o conhecimento e o saber fazer, assim, a prática constitui o local do social (Schatzki, 2002).

Desse modo, a teoria da prática, uma perspectiva de teoria cultural, possuem diferentes formas de explicar a ação, os recursos e as estruturas simbólicas de significado, assim, ressalta-se que nem todas as teorias culturais são teorias da prática, com evidente no mentalismo e em outras correntes presentes no campo de teorias culturais (Reeckwitz, 2002)

Nesse sentido, teorias da prática como a teoria cultural apresentam diversas abordagens que contribuem para a compreensão de fenômenos como o significado das atividades humanas, conhecimento, ciência e poder, a organização, reprodução e transformação da vida social (Schatzki, 2001).

Dessa forma, não há uma conceituação precisa ou unificada do termo teorias da prática, no entanto, os fenômenos são compreendidos dentro e como aspectos ou componentes do campo de práticas, envolvendo uma matriz de atividades (Schatzki, 2001; Gherardi, 2006). Assim, abordagens teóricas relacionam a ação humana articulada a prática, outras, elementos humanos e não humanos, como também, a personificação, onde os corpos e atividades irão ser constituídas dentro das práticas (Schatzki, 2001).

Apesar das diferentes abordagens, para Feldman e Orlikowski (2011) há três princípios elementares a teorias da prática. O primeiro define o mundo social como fruto das ações situadas, ou seja, as ações constituem o social. O segundo rompe com o dualismo entre oposições conceituais como a estrutura e agência, ao reconhecer que há uma relação entre os elementos. O terceiro define a relação mútua de constituição em que os fenômenos sempre existem em relação ao outro, compreendo um processo em que se constituem e produzem diferentes relações. De acordo com as autoras, os princípios não devem ser tomados isoladamente, pois reportam um ao outro.

Enquanto que para Schatzki (2002) a prática é um conjunto de atividades não regularizadas, ou seja, como nexos organizados de ações, resultante dos feitos e ditos corporais governados pela “inteligibilidade prática” que faz sentido para os indivíduos fazer/saber envolvendo os elementos: entendimentos práticos, regras e teleoafetividade que constituem a prática e promovem a ordem social.

Nessa visão, os entendimentos práticos referem-se ao Know-how de ações que compõem a prática, relacionados a habilidade do saber como, ou fazer/dizer as coisas, identificar as ações dos

outros e como interagir e responder determinadas ações da prática em determinados contextos (Schatzki, 2002).

As regras são as formas explícitas, princípios, preceitos e instruções que ordenam, direcionam ou censuram as pessoas a executarem ações específicas, mas o autor ressalta que as regras não correspondem aos mecanismos de poder e autoridade ou até mesmos de sanções, no entanto, são construídas, aceitas e compartilhadas no social (Schatzki, 2002).

Quanto a teleoafetividade corresponde aos fins e os meios para alcançar a prática, além disso, envolve a complexidade dos aspectos de emoções, humores, afetos, sentimentos dos indivíduos. Portanto, a teleoafetividade não é um conjunto de propriedades dos atores, mas pertence a prática, assim, organiza como é compartilhada por seus praticantes (Schatzki, 2002).

Desse modo, os elementos que constituem a prática são organizados pelo processo de socialização, em que os indivíduos são incorporados a prática, logo, compõem um nexos organizado de ações, em que a atividade e a organização estão presentes no contexto (Schatzki, 2002).

Considerando a dimensão de atividade o conjunto de fazeres e dizeres corporais, onde os participantes incorporam elementos e são governados por uma única e comum estrutura, essa ação é a organização em torno da prática pelos quatro elementos descritos (Schatzki, 2002). A partir dessa concepção, as práticas emergentes do mundo social influenciaram os estudos da teoria organizacional e as organizações passam a ser concebidas como um processo emergente (*organizing*), como um produto de ações realizadas em meio às práticas existentes, é uma malha ou rede que abrange as práticas, que se encontram em constante estado de (re) constituição, resultado das interações sociais cotidianas (Schatzki, 2005; Czarniawska, 2004).

Em meio a esta influência Duarte e Alcadipani (2016) explanam sobre esse novo olhar a organizações, pois para os autores as organizações e seus fenômenos são tomados como acontecimentos, resultado de processos heterogêneos contínuos e precários das ações do mundo social, pois ao estarem em constante estado de produção apresentam uma falsa estabilidade.

Nessa nova vertente, o movimento nomeado como Estudos Baseados em Prática – EBP constitui uma corrente crítica a concepção modernista do conhecimento dominante nos estudos organizacionais, ao concentrar nos esforços de investigação das práticas de trabalho e nos tipos de conhecimento prático e oculto que sustentam os fenômenos organizacionais (Corradi et al, 2010).

A partir desse movimento, a aprendizagem é percebida como uma ponte entre o trabalho e a inovação na organização. Segundo Brown e Duguid (1991) a aprendizagem está situada nos ambientes organizacionais, através de comunidades de práticas onde o trabalho realmente acontece, em que há uma adaptação constante a mudanças onde a inovação emerge.

Em outra vertente, Gherardi (2009a) propõe a denominação prática de comunidade, em vez de comunidade de prática, pois para a autora, o foco de análise não estaria nas comunidades de prática na organização, mas sim nas práticas, pois a aprendizagem assume um lugar na mente dos indivíduos, como também nas práticas sociais, logo, as pessoas se agrupam em torno das práticas comuns sendo refinadas intersubjetivamente dentro da prática da comunidade.

Do mesmo modo, para Orlikowski (2002) conhecer a prática não é um recurso incorporado estático a disposição dos atores, mas é uma realização em curso, na qual é constituída e reconstituída à medida que os atores engajam o mundo da prática, ou seja, através da prática os atores criam conhecimento.

Nesta percepção da prática, Carlile (2002) estabelece o conhecimento na prática, como localizado, incorporado e investido dentro da prática, pois os atores nas tarefas reais no ambiente da organização desenvolvem novos conhecimentos ao reconhecer suas limitações na prática localizada, e com isso, além de alterar o conhecimento incorporado na prática investem um novo conhecimento que atenda o problema em questão na prática.

Estas perspectivas teóricas nos EBP constituem duas linhas de investigação dos fenômenos organizacionais e sociais (Corragi et al, 2010). A primeira compreende a prática como um objeto empírico (Brow & Duguid, 1991). A segunda aborda a prática como uma maneira de ver (Gherardi, 2009a; Orlikowski, 2002; Carlile, 2002).

Para além, os autores Seidl e Whittington (2014) e Whittington (1996) definem a prática como o lócus de investigação, pois nas evidências dos autores, a estratégia nas organizações é compreendida no fazer estratégia, nas micro atividades locais integrado com outros fenômenos sociais considerando também nas dimensões macro do ambiente.

Nesta concepção, o fazer estratégia, se refere a ação dos praticantes, como realmente agem e interagem, ou seja, a estratégia é concebida por meio da interação, da intersubjetividade dos praticantes, considerando as dimensões micro e macro de análise, destituindo a concepção gerencial da organização (Seidl & Whittington, 2014).

Com o foco nessa atuação dos atores Jarzabkowski e Lê (2016) chamam a atenção para a relevância nas micro práticas, como exemplo, o humor, fruto da construção social do paradoxo que modela a ação dos atores nas tarefas organizacionais e como se desenrolam em todos os níveis organizacionais, pois, através do humor os atores formulam e legitimam as respostas aos paradoxos, assim, através das micro práticas no ambiente organizacional concebe a realidade da ação dos diferentes atores.

Como evidenciado, as diferenças nos EBP constituem abordagens diferentes sobre a prática. Contudo, Gherardi (2015) salienta para a importância de reconhecer as teorias que são centradas no

sujeito humano e aquelas que incorporam elementos não humanos e sua relação dentro da prática. Para a autora, o maior reconhecimento recai sobre a epistemologia da prática, “em vez de pensar em termos de atores e suas práticas, a prática é assumida como a unidade de análise, como uma ecologia na qual todos os elementos da prática estão conectados”, assim concebe como os fenômenos se formam e ocorrem no social (Gherardi, 2015, p. 14).

Diante disso, está concepção da prática, permite ver e representar o modo de ordenar o social, onde o fazer e o saber não estão separados e onde o sujeito e objeto emergem da prática, logo, a prática social e conhecimento não estão separados (Gherardi, 2015).

Desse modo, os EBP constituem um conceito guarda-chuva, que abrange uma pluralidade de semelhanças e diferenças que se entrelaçam em um amplo conjunto de interpretações do conceito de prática buscando compreender os significados do mundo social (Corradi et al, 2010).

4 PERSPECTIVA DA PRÁTICA NO ESTUDO DE FESTAS POPULARES

Com o movimento EBP surge uma nova ontologia e epistemologia que permite compreender como se formam as organizações e os fenômenos que nelas ocorrem (Bispo, 2013). Sob esta compreensão, as investigações sobre a lente da prática ocorrem vários ambientes do mundo social, como nas festas populares. Ao considerar este fenômeno e a abordagem teórica como lente de estudo, discute-se o Desfile de Escola de Samba (Julio, 2016), o Congado na Região do Triângulo Mineiro (Borges et al, 2016) e a Quadrilha Junina (Rufino et al, 2017).

Nessa perspectiva, um desfile carnavalesco não é somente um grande festejo, pois envolve um conjunto complexo de preparação (Cavalcanti, 1994). Nesse sentido, um desfile de carnaval é um conjunto organizado de atividades, de práticas organizativas (Julio, 2016; Tureta, 2011; Tureta & Araujo, 2013). E, as escolas de samba emergem desse contexto como um fenômeno social de práticas sociais (Julio, 2016).

Da mesma forma, o festejo da Congada, uma manifestação cultural, artística, religiosa e organizacional reúne um conjunto de diferentes práticas organizativas (Borges, et al, 2016). Enquanto que para Rufino et al (2017) as quadrilhas envolvem comunidades de práticas onde o aprendizado é compartilhado e sustenta a produção da quadrilha junina.

Nestas percepções, a prática é então conceituada como um conjunto de atividades organizadas, ou seja, um pacote de ações que correspondem ao fazer e dizer de diferentes atores que estão em constante evolução, por isso são considerados como dispersos no espaço e tempo, e ao compreendê-la considera o contexto em que está situada (Schatzki, 2001).

Estas compreensões são fundamentais para o entendimento da organização quanto fenômeno social onde passam a ser tomadas como um processo emergente (*organizing*) resultado de ações em

meio a práticas existentes, em constante produção pelas interações sociais cotidianas (Schatzki, 2005; Czarniawska, 2004).

Dessa forma, o desfile de carnaval é um fenômeno social que vai além do caráter performático do desfile (Julio, 2015), pois envolve um conjunto de práticas organizativas composta por um “nexo organizado de ações”, que se organizam em torno de entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas (Schatzki, 2002).

Assim, na produção do desfile de carnaval da escola de samba, as práticas envolvem dois contextos de atividades: a produção e a execução do desfile carnavalesco. Nesta perspectiva, o desfile vai muito além da execução, envolvendo em primeiro plano, a produção, na qual uma série de atividades são sustentadas por estruturas teleoafetivas, ou seja, por fortes vínculos, valores, crenças e expectativas (Júlio, 2016).

Enquanto as regras explícitas e formais como os requisitos de julgamento orientam as práticas, e através de entendimentos compartilhados, sustentam as séries de atividades, como exemplo, a permanência de itens que não configuram itens de julgamento, como a presença das baianas e crianças, em que os praticantes das práticas de produção do carnaval concordam, ao menos tacitamente, que faz sentido mantê-los (Júlio, 2016).

Assim, na visão de Júlio (2016) a produção do carnaval como um fenômeno social só é possível através das atividades de práticas ordenadas e de arranjos materiais, como também uma relação recursiva de suas ações passadas, presentes e futuras que organizam as práticas, uma vez, que o carnaval é uma prática que se repete ano após ano, e a cada ano representa recomeço, assim, um novo contexto é englobado a cada produção.

Dessa forma, segundo Júlio (2016) as organizações persistem ao longo do tempo em virtude a memória da prática, ou seja, devido à recursividade de suas ações passadas, presentes e futuras e da perpetuação dos elementos, entendimentos, regras e estruturas teleoafetivas que organizam suas práticas.

Esta compreensão fundamentada na epistemologia da prática de Schatzki, permite compreender a escola de samba para além da performance do desfile, abrangendo o conjunto organizado de práticas. A partir desta epistemologia, Júlio (2019) articula o fazer estratégia na produção da escola de samba, como um fenômeno social que acontece, realizado pelos estrategistas, que se desdobra ao longo do tempo no cotidiano organizacional.

Diante disso, o processo (des)organizativo e o fazer estratégia das organizações se desdobram em um tempo real (Schatzki, 2006), pois é uma realização de todos os agentes envolvidos na concepção e na execução das atividades em torno das práticas (Júlio, 2019).

Assim, a produção do carnaval e o fazer estratégia da escola de samba são marcados por contradições e ambiguidades, pois o fazer estratégia não está em decisões tomadas por uma organização monolítica, mas sim é realizado nas interpretações em curso e nas interações dos múltiplos atores organizacionais ao longo do tempo. Com isso, todos os níveis hierárquicos são importantes para o processo de fazer estratégia, como costureiras, ferreiros, escultores, pintores e aderecistas que realizam o fazer estratégia e formam à estratégia nas suas atividades cotidianas, pois ao lidar com restrições novas ações são postas em prática (Júlio, 2019).

Dessa forma, o fazer estratégia enquanto uma prática que acontece, se desdobra em torno de atividade centrais, envolvendo múltiplos atores sociais. Além disso, a organização do fazer estratégia da escola de samba não se desloca sem os elementos regras, entendimentos e teleoafetividades, pois esses elementos estão interconectados, não sendo possível reduzir esses elementos que organizam as práticas (Júlio, 2019).

Nesta perspectiva, a escola de samba uma organização para além do desfile, é intensamente re(vivido) por seus integrantes enquanto praticantes do fazer carnaval, e a centralidade no desfilhar da escola de samba reflete apenas a ponta do iceberg, pois ignora o acontecimento do desfile e as agremiações enquanto um fenômeno social (Júlio, 2019)

A partir desta compreensão, a organização que Schatzki (2005) define como um produto de ações realizadas em meio às práticas existentes, sendo uma malha ou rede que abrange as práticas é reiterada por Duarte e Alcadipani (2016) ao compreender a organização pelo processo de construção, revelando as dinâmicas ocultas.

Esses processos são compreendidos por Borges et al (2016) no festejo do Congada em dois momentos distintos: o organizar enquanto movimento de estruturação de um espaço organizacional do Congado e o organizar enquanto festejo popular.

Na perspectiva do Congado no âmbito de sua estrutura organizacional corresponde a configuração interna, aos ternos do Congado, cada um com suas diferentes categorizações, pois cada agente possui um papel, uma função e uma responsabilidade. Assim, cada terno de Congado possui um conjunto particular de regras que delimitam e orientam as ações os atores sociais envolvidos, configurando suas próprias práticas organizativas (Borges et al, 2016).

Enquanto no organizar do festejo popular, é um conjunto de práticas organizativas que visam dar sustentação à realização do festejo, estas práticas são fundamentais para promover, disseminar e valorizar a cultura negra e os valores de natureza religiosa e cultural. Assim, todo o conjunto de eventos do festejo do Congada é marcado por práticas que trazem, em seu bojo, as tradições e ações dos atores envolvidos, e que legitima a própria existência enquanto organização (Borges et al, 2016).

Desse modo, a festa do Congado é um momento de celebração de uma dinâmica de organizar, possibilitada pelas práticas organizativas de seus agentes, ao mesmo tempo que por meio dos elementos internos constituem uma forma própria de organização, resultado de processos dinâmicos, contextuais, de práticas de organizar (Borges et al, 2016).

Nessa perspectiva, por meio das práticas vários aspectos do social podem ser investigados, como os hábitos socialmente sustentados, o conhecimento implícito em ações, as maneiras de realizar qualquer prática compartilhada (Gherardi, 2009a).

Neste contexto, segundo Rufino et al (2017) o festejo da quadrilha junina abrange comunidade de práticas - CoP's, fundamentado nos autores Gherardi et al (1998) e Souza-Silva (2009), pois nas CoP's ocorrem o processo de conhecimento em que um conjunto de pessoas unidas em uma prática, trocam de forma mútua experiências, e assim constroem e propagam conhecimento.

Da mesma forma, as quadrilhas juninas envolvem um conjunto organizado de práticas organizativas, pois envolvem um conjunto de lideranças, conhecimento compartilhado para o alcance de seus objetivos (Rufino et al, 2017). Em meio as práticas organizativas, a CoP's constitui-se a partir da sociabilidade entre os praticantes e no compartilhamento de atividades práticas, logo, a comunidade é a fonte e o meio de socialização e assim constrói e perpetua práticas sociais e de trabalho (Corradi et al, 2010).

Desse modo, na quadrilha junina a comunidade de práticas categorizadas conforme a prática organizativa estabelece as pessoas em suas atividades sendo recepcionados novos membros por meio de reuniões harmônicas (Rufino et al, 2017)

Esse processo descrito por Brow e Duguid (1991) a partir do estudo de Lave & Wenger (1990) como a participação periférica legítima (LPP), onde os aprendizes estão adquirindo não um "conhecimento especializado" formal e explícito, mas a capacidade corporificada de se comportar como membros da comunidade.

Segundo Rufino et al (2017), na quadrilha a integração e socialização das comunidades ocorrem no período de preparação até a apresentação no evento. Em meio a esse período o processo de aprendizagem das coreografias ocorrem no cotidiano dos praticantes, em que paulatinamente novos integrantes são agregados, com isso, novos ensinamentos surgem com a união de novos membros no grupo, assim então, as práticas em conjunto são aperfeiçoadas no cotidiano do processo de preparação da apresentação da quadrilha (Rufino et al, 2017).

Desse modo, a CoP's segundo Rufino et al (2017) constituem o estabelecimento de regras, organização em grupos, treinamento de novos integrantes e divisão de responsabilidades através da sociabilização com os componentes da prática.

No entanto, Brow e Duguid (1991) ressaltam para a importância de compreender as diferentes comunidades que são formadas dentro da organização e a distribuição de poder entre elas, uma vez, que além da comunidade de prática descrita sob a construção de coreografias há outras comunidades não abordadas no estudo.

Além disso, sob a concepção empírica da prática como no estudo das quadrilhas, Gherardi (2009b, 2015) adota uma posição crítica ao enfatizar que a análise da prática social e do conhecimento deve não priorizar ação de atores e suas práticas, mas como todos os elementos da prática estão conectados, ou como neste estudo, como o conhecimento prático é construído pela prática neste contexto de interação.

Em relação aos processos organizativos que constituem a quadrilha junina Rufino et al (2017) descreve em três momentos, o antes, durante e depois dos festejos juninos, envolvendo todo processo planejamento, montagem e a realização das apresentações, além disso, destaca as práticas organizativas como divisão de tarefas, planejamento e compartilhamento de conhecimentos entre outros reconhecidos em campo.

Assim, as festas populares em discussão são fenômenos sociais, um conjunto organizado de práticas, onde os atores através das práticas organizativas estruturam a organização escola de samba e seu desfile, o festejo do Congado, as comunidades de prática na constituição de uma Quadrilha Junina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir as contribuições da epistemologia da prática nos estudos sobre as festas populares. Tendo como base a referência dos estudos, o desfile de carnaval (Júlio, 2016; Andrade, 2019), o festejo da Congado (Borges et al, 2017), a quadrilha junina (Rufino et al, 2017). A partir desses estudos foi possível compreender que as práticas organizativas estruturam festas populares, enquanto que os elementos constituídos que mantêm as práticas envolvem o conjunto de atores sociais em seu contexto organizativo da atividade, no momento real, para além do ápice festivo.

Para além, o artigo apresenta a multiplicidade de conceitos e diferenças que constituem o movimento EBP, e a contribuição da prática como epistemologia que permite articular o conhecimento na e sobre a organização, como realização prática (Gherardi, 2009a). Dessa forma, concebe o conhecimento científico construído socialmente, evidencia a partir da prática as contribuições epistemológicas dessa corrente de estudo.

Diante disso, este artigo aponta para futuras investigações sob a lente da prática no contexto das festas populares, como o processo de criatividade e inovação na prática dos desfiles carnavalesco, a estética na práticas organizativas, o aperfeiçoamento da aprendizagem nas práticas, a prática de comunidades, o fazer estratégia, o conhecimento investido nas práticas organizativas, como também a

investigação em outros contextos festivos ainda não explorados, uma vez, que o país possui uma diversidade de festejos e estes se reconstituem a cada ano e através das práticas a ação dos atores os ressignifica envolvendo o contexto histórico e social.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. Festa à Brasileira: sentido do festejar no país que “não é sério”. eBooksBrasil: Copyright, 2001.
- ANDRADE, A. C. J. da S. Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba. Belo Horizonte - MG: Poisson, 2019. 88 p.
- BISPO, M. Estudos Baseados em Prática: Conceitos, História e Perspectivas. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013.
- BORGES, A. F. et al. Práticas Organizativas: Um Estudo sobre o Congado na Região do Triângulo Mineiro. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 5, n. 1, p. 129-151, 2016.
- BROWN, J. S.; DUGUID, P. Organizational Learning and Communities of Practice: Toward a Unified View of Working, Learning and Bureaucratization. Organization Science, v. 2, n. 1, p. 40-57, 1991.
- CARLILE, P. R. A pragmatic view of knowledge and boundaries: boundary objects in new product development. Organization Science, v. 13, n. 4, p. 442-455, 2002.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C. Superproduções Populares. In: Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1998. p. 1-12.
- COOPER, R. Organization/disorganization. Social Science Information, v. 25, n. 2, p. 299-335, 1986.
- CORRADI, G.; GHERARDI, S.; VERZELLONI, L. Through the practice lens: where is the bandwagon of practice-based studies heading? Management Learning, v. 41, n. 3, p. 265-283, 2010.
- CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. Organization, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.
- DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. Organização & Sociedade, v. 23, n. 76, p. 57-72, 2016.
- DUVIGNAUD, J. Festas e civilizações. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing Practice and Practicing Theory. Organization Science, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.
- FERREIRA, M. N. Comunicação, Resistência e Cidadania: As festas populares. Comunicação e Informação, v. 9, n. 1, p. 111-117, 2006.
- GAIÃO, B. F. S.; LEÃO, A. L. M. S. Muitas festas numa só: a configuração do campo do carnaval do Recife. Organização e Sociedade, v. 20, n. 64, p. 131-144, 2013.
- GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the “practice lens”. Management Learning, v. 40, n. 2, p. 115-128, 2009a.
- GHERARDI, S. Practice? It’s a Matter of Taste! Management Learning, v. 40, n. 5, p. 535-550, 2009b.
- JARZABKOWSKI, P. A.; LÊ, J. K. We have to do this and that? You must be joking: Constructing and responding to paradox through humor. Organization Studies, [inserir info], 2016.

JULIO, A. C. Produzindo o Desfile de uma Escola de Samba: Contribuições da Epistemologia da Prática segundo Schatzki. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 5, n. 3, p. 145-161, 2016.

MORGAN, G.; FROST, P.; PONDY, L. Organizational symbolism. In: PONDY, L. et al. (Eds.). *Organizational symbolism*. Connecticut: Jay Press, 1983. p. 3-35.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RUFINO, K. R. et al. Prática Organizativas de uma Quadrilha Junina. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 6, n. 1, p. 53-74, 2017.

SANTOS, L. M. S.; SILVEIRA, R. A. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. *Revista Organizações e Sociedade*, v. 22, n. 72, p. 79-98, 2015.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORRCETINA, K.; VON SAVIGNY, E. (Eds.). *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London and New York: Routledge, 2001. p. 10-23.

SCHATZKI, T. R. What Is a Social Practice? In: SCHATZKI, T. R. *The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002. p. 70-88.

SCHATZKI, T. R. A new societist social ontology. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 33, n. 2, p. 174-202, 2003.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. *Organization Studies*, v. 26, n. 3, p. 465-484, 2005.

TURETA, C. Práticas organizativas em escolas de samba: O setor de harmonia na produção do desfile da Vai-Vai. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

TURETA, C.; ARAÚJO, B. F. V. B. de. Escolas de samba: Trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. *Organização & Sociedade*, v. 20, n. 6, 2013.